

## Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e três

Estiveram presentes à reunião: Dr. Adilson Rocha Campos, representante da Secretaria de Saúde; Sr. Afonso Basílio Jr., representante dos trabalhadores de saúde dos serviços públicos municipais; Dr. Carlos Alberto Politano, representante dos hospitais filantrópicos; Sra. Cláudia V.C. Mussi, representante da Diretoria Regional de Saúde; Sr. Erindo Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Sr. Gustavo Moreno Frias, representante do Movimento Sindical; Dr. Idival Fantinatto, representante das entidades de classe; Sra. Jenice Pizão, representante do Movimento Sindical; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Araújo da Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Dra. Maria do Carmo Carpintéro, Secretária Municipal de Saúde e Presidente do Conselho; Sr. Nélio José de Carvalho, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Sr. Renato Souza Santos, representante das associações de aposentados; Sra. Rosalina de Souza, representante dos trabalhadores de saúde dos serviços privados; Sra. Vera Lúcia Araújo, representante do Movimento Sindical; Sr. Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Denilza Ap. da Silva, representante suplente do Movimento Sindical; Sra. Izabel Pereira de Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Sr. José Augusto de Melo, representante suplente da Região Norte; Dra. Maria Auxiliadora Zanin, representante suplente da Secretaria de Saúde; Dr. Roberto Mardem S. Farias, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Silvana G. Piassa, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho. Justificaram ausência: Dr. Adail de A. Rollo, representante do Hospital Mário Gatti; Dr. Antonio César P. de Cillo, representante da PUCCAMP; Sra. Edna Franco de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Irany Mendes de Oliveira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Norte; Sr. João Olímpio S. Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Sr. João Paulo Ribeiro, representante do Movimento Sindical; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Dr. Orestes Mazzariol Jr., representante dos hospitais não filantrópicos; Sra. Rosângela Pedrettes de Oliveira, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Dra. Tereza de Jesus Martins, representante dos serviços de saúde municipais. Faltaram: Sr. Antonio Vicente Ribeiro Sobrinho, representante do Movimento Sindical; Sr. Edílson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCCAMP; Dr. Ivan F.C. Toro, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sr. Luiz Antonio de Oliveira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sul; Sr. Luverci C. Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Sr. Marcos Silveira, representante das entidades patronais; Dr. Paulo Eduardo M.R. da Silva, representante da UNICAMP.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Aprovação da ata da reunião de 26.11.03; 2) Correspondência recebida; 3) Prestação de contas dos 3 primeiros trimestres de 2003; 4) Relatório de Gestão de 2003; 5) Informes.

Sr. Zétula iniciou a reunião colocando em votação a ata da reunião de 26.11.03, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida deu posse aos conselheiros: Waldomiro Aprile Jr., como representante titular do Movimento Popular de Saúde, no lugar de Adalto Inácio Anuniação; Antonio Vicente Ribeiro Sobrinho, como representante titular do Movimento Sindical, no lugar de João Carlos Lourenço; ambos substituídos com base no artigo 36 da Lei que cria o Conselho Municipal de Saúde. Antes de passar a palavra à Sra. Sílvia, para que a mesma fizesse a leitura da correspondência recebida, Sr. Zétula comunicou que haveria necessidade de acrescentar na pauta a aprovação do TA nº 2 com a Secretaria de Estado da Saúde, referente a aquisição de uma ambulância, o que seria feito junto com a prestação de contas. Passando para a correspondência recebida, Sra. Sílvia comunicou o recebimento de convite da Superintendência do HC da UNICAMP e da Coordenadoria do Projeto Compartilhando Soluções para reunião com os Conselheiros Municipais de Saúde da região a realizar-se no dia 18.12, às 18:30h, ocasião em que seriam discutidos os desdobramentos da situação daquele hospital. Comunicou também o recebimento de convite para um workshop no CS Santa Lúcia, no dia 18.12, período da manhã, com exposição dos trabalhos realizados pelas equipes do Paidéia e confraternização de final de ano. Comunicou ainda o recebimento de cartão de boas festas da equipe do Distrito de Saúde Sul. Antes de passar à pauta propriamente dita, Sr. Zétula solicitou autorização dos conselheiros para inverter a pauta e passar para a seção de informes. Dr. Adilson comunicou aos conselheiros que, devido ao aumento da demanda, seriam feitas algumas adequações no convênio com a PUCCAMP, adequações essas dentro dos limites legais possíveis, até a renovação dos termos aditivos em maio de 2004. Com relação ao HC da UNICAMP informou que, do ponto de vista financeiro, através de negociação que envolveu a Secretaria Municipal de Saúde, a Superintendência do Hospital, o Ministério e a Secretaria de Estado da Saúde, haverá um repasse de R\$ 2.300 mil, bem como a partir de janeiro será aumentado o teto da universidade. Relatório reunião havida entre os prefeitos da região metropolitana, onde foi feita solicitação de que não fossem fechadas as portas do Pronto Socorro a partir de 04.01.04, como havia sido anunciado, e que houvesse continuidade nas negociações. Sr. Junior comunicou que naquela data estava ocorrendo a posse do Conselho Distrital Sudoeste. Informou a participação de representantes de Campinas na 12ª Conferência Nacional de Saúde, comprometendo-se a encaminhar relatório aos conselheiros. Dra. Maria do Carmo propôs que esse assunto fosse incluído em pauta de uma próxima reunião a fim de que fossem discutidas as deliberações mais importantes. Sra. Ana, mestranda da UNICAMP, alertou sobre a publicação de jornal daquela universidade definindo o dia 05.01 como data para efetivação das mudanças e nem menciona as negociações que estão em andamento. Passando para a pauta propriamente dita, Sr. Zétula lembrou aos conselheiros que seria apenas uma apresentação das contas dos 3 primeiros trimestres, não havendo necessidade de aprovação naquele momento, o que deverá ser feito no início do próximo ano, quando houver o fechamento do exercício. Sr. Fábio, Diretor do Fundo Municipal de Saúde, passou a fazer a apresentação dos dados conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva do Conselho. Apresentou dados que comprovam o cumprimento da Emenda Constitucional 29 por parte do município, emenda que tem como componentes as receitas municipais e transferências governamentais; transferências e receitas do SUS e os gastos totais de saúde, o que permite que se chegue ao percentual de recursos aplicados no setor. Colocou que dos gastos com saúde, cerca de 60% são referentes a pagamento de pessoal, seguido de pagamento aos prestadores de serviço (27%), custeio, obras e material permanente. Esses dados comprovam que até setembro a Prefeitura Municipal de Campinas aplicou 19% do orçamento na área da saúde, estando, portanto, acima do percentual preconizado pela EC (15%). Apresentou também a evolução dos gastos com saúde no período de 2000 a 2003 e a previsão para 2004, bem como a proposta de orçamento para 2004, que deve corresponder a cerca de 24% do total. Lembrou que o repasse do governo federal representa 1/3 dos recursos, sendo os 2/3 restantes recursos próprios do município. Dra. Maria do Carmo chamou a atenção para o cumprimento da EC29, o que tem sido feito por grande parte dos municípios brasileiros. Relatou que foi discutida na 12ª Conferência a proposta de que o governo federal se responsabilize por 50% dos recursos, os municípios por 25% e os estados por 25%. Chamou a atenção também para os gastos com pessoal na saúde em Campinas que atingem 60%, estando a Prefeitura, como um todo, no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que acaba inviabilizando mais contratações nesse momento. Apresentaram dúvidas os conselheiros Denilza, Silvana, Xavier e Junior, Esclarecendo as questões, Sr. Fábio colocou que as razões são destinadas aos animais apreendidos pelo Centro de Controle de Zoonoses. Esclareceu que os dados apresentados eram referentes ao caixa e não às despesas liquidadas, o que poderia gerar uma certa distorção, como por exemplo com relação aos gastos com telefone. Colocou que nem todos os veículos são próprios, o que faz com que sejam gastos recursos com locação e manutenção, contemplados aí não só a mão de obra contratada, mas os gastos com aquisição de peças, entrando nesse item também os equipamentos das unidades de saúde. Informou que os valores de rescisão de contratos são referentes às demissões de profissionais e que os gastos com água mineral são referentes ao rateio geral da Prefeitura. Dra. Maria do Carmo esclareceu que os valores de consultoria são referentes às seguintes áreas: supervisão institucional de saúde mental em algumas unidades e na área de práticas complementares. Sr. Afonso questionou o valor gasto com veneno para desinsetização, uma vez que o Centro de Controle de Zoonoses dispõe de equipe de controle de praga urbana, tendo a Dra. Maria do Carmo esclarecido que era referente a contrato com a empresa que realiza o serviço. Sra. Isabel considerou muito pequeno o tempo para discussão e propôs que na próxima vez esse seja o único ponto de pauta. Dra. Maria do Carmo reforçou a importância do acompanhamento periódico das contas pelo Conselho Fiscal e o fato de que a reunião do Conselho não deve ser o único momento para tirar dúvidas, estando os técnicos da Secretaria à disposição a qualquer momento. Encerrado esse assunto, Sr. Fábio passou a apresentar a prestação de contas do TA nº 2/2002, com valor de R\$ 50.000,00, referente à aquisição de uma ambulância, conforme documento entregue aos conselheiros no início da reunião. Informou que os recursos foram repassados em 2002, mas a Secretaria de Saúde gastou-os somente em 2003, e que a DIR XII exige que a prestação de contas seja aprovada pelo Conselho. Colocou ainda que, mesmo com o rendimento conseguido pela aplicação dos recursos, o valor não foi suficiente para pagamento do custo total da ambulância, tendo a Prefeitura arcado com uma contrapartida de R\$ 10.000,00. Não havendo nenhuma solicitação de esclarecimentos, Sr. Zétula colocou a prestação de contas em votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Passou a palavra ao Dr. Roberto para que fizesse a apresentação do relatório de gestão de 2003, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros, lembrando que esse item também necessitava de aprovação do Conselho. Dr. Roberto esclareceu que o documento encaminhado era um resumo do relatório de gestão, pois o mesmo ainda estava sendo finalizado. Destacou que o processo de saúde / doença depende de condições outras que não especificamente do campo da saúde, o que faz com que parte do modelo de atenção se refira a ações intersetoriais. Colocou que a Secretaria elegeu os anos de 2003 e 2004 mais como período de consolidação das ações do que de crescimento. Apresentou as obras realizadas, quais sejam: CS Itajaí; reforma e ampliação dos CS Barão Geraldo (em parceria com a UNICAMP) e Jd. Conceição; reforma do CAIC; construções do CS Joaquim Egídio (em andamento), Centro de Reabilitação Física, CS 31 de Março (em andamento). Com relação aos recursos humanos passou-se de 125 para 133 equipes, embora parte ainda esteja incompleta, o que permite a cobertura de aproximadamente 60% das famílias campineiras. Há indícios de que se forem atingidos 75%, a cobertura será de 100% das pessoas SUS dependentes. Para isso, a meta é atingir 150 equipes completas. Com relação ao nível secundário, considerou o número de profissionais bastante razoável na grande maioria das especialidades. Apesar disso, ainda há bastante espera em algumas especialidades, o que pode ser explicado em parte pelo número de perdas de consultas e nas perdas institucionais (licenças, férias,...). Com a informatização recente da Secretaria, espera-se resolver a maior parte dos problemas nessa área. Outro problema enfrentado no nível secundário foi a mudança do modelo de gestão, ou seja, colocar o especialista mais próximo da atenção básica. Apresentou alguns dados a fim de possibilitar a discussão das perspectivas para 2004. Os dados demonstram que 70% dos problemas são resolvidos na rede básica, apesar de serem gastos 60% dos recursos da Secretaria no nível secundário. Outro dado importante, que comprova que o Programa Paidéia de Saúde da Família está funcionando e ampliou o acesso, é que hoje a atenção básica resolve 7% a mais dos problemas de saúde da população. Houve um aumento significativo no número de atendimentos domiciliares, tanto de consultas médicas como de enfermagem. Ressaltou a queda das taxas de mortalidade do município, que, apesar de já virem caindo ao longo do tempo, acentuaram-se depois da implantação do Programa Paidéia, bem como da taxa de abandono de tratamentos de tuberculose. Informou que, apesar dos problemas existentes, a confirmação de que o caminho adotado estava correto se deu através do recebimento de prêmio da Fundação Getúlio Vargas - Gestão Pública e Cidadania -, em que o Paidéia foi considerado um entre os 5 melhores projetos, dentre mais de mil analisados. Por fim, dedicou o prêmio aos trabalhadores da saúde e aos conselheiros, pois considerou que essa evolução está intimamente ligada ao processo de construção do sistema de saúde na cidade de Campinas. Sra. Isabel cumprimentou a todos pelo trabalho, mas principalmente aos agentes de saúde. Dra. Maria do Carmo reforçou a necessidade de se fazer uma discussão mais detalhada do relatório de gestão, colocando que, em fevereiro, haverá um grande Seminário com esse objetivo, para o qual todos os conselheiros serão convidados. Esclarecendo dúvida apresentada pelo Sr. Renato, Dra. Maria do Carmo e Dr. Roberto informaram que as perspectivas para 2004 constantes do resumo enviado aos conselheiros não faziam parte do relatório de gestão e, portanto, não eram passíveis de aprovação pelo Conselho naquele momento. Colocou em votação, o relatório de gestão foi aprovado com uma abstenção. Nada mais a ser tratado, encerrou a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

[retorna a relação de atas do CMS](#)

